

Acta nº. 138

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas quinze horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela. -----

Presenças: Estiveram presentes os Senhores Membros da Assembleia Municipal: Fernando dos Santos Antunes, Rui Miguel Antunes Oliveira, David Fernandes Duarte, Anabela Faria Mendes Monteiro, Paulo Octávio Felisberto Correia Alves de Sousa, Rafael Cândido Justino Batista, José Carlos Fernandes dos Reis, Marta Sofia Coelho Ramos, Edgar Filipe Oliveira Serrano, António Manuel Mendes Lopes, Paulo António da Silva Roxo, Luís Alves Ferreira, Anabela Fernandes Costa Teixeira, Sílvio Simões Lourenço de Carvalho, Januário Pereira Antunes, e os Presidentes de Junta de Freguesia de São Miguel, de Santa Eufémia, do Rabaçal, do Espinhal, da Cumeeira, de Podentes, respectivamente: Luís Alberto Fernandes dos Reis, Francisco Manuel Ramos Dias dos Reis, Maria do Nascimento Rasteiro Marmé, Jorge Carlos Antunes Pereira, Alfredo dos Santos Curcialeiro e Vítor Manuel Rodrigues Vieira. -----

Participação dos membros da Câmara: Esteve presente o senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Simões Júlio e os senhores Vereadores Rodrigo António de Matos Gomes, Luís Filipe Lourenço Matias e Renato Filipe Nunes França. -----

Abertura da sessão: O senhor Presidente da Assembleia, **Fernando dos Santos Antunes**, saudou a todos e alertou para a longa Ordem de Trabalhos, informando da presença de três novos Deputados, que não estiveram presentes na Sessão de instalação, a quem saudou em especial, senhores Rui Miguel Antunes Oliveira, Paulo Octávio Felisberto Correia Alves de Sousa e José Carlos Fernandes dos Reis, que considerou instalados e cujas ausências haviam sido participadas no acto da instalação. -----

PERÍODO ANTES da ORDEM do DIA

De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta da correspondência, de que realçou a Cáritas Diocesana de Coimbra, que saudou os órgãos autárquicos eleitos, enaltecendo a colaboração próxima que tem existido nas diversas acções e actividades de âmbito social. -----

Dando continuidade à sessão, solicitou à senhora secretária Anabela Monteiro, para proceder à leitura da acta da sessão ordinária de trinta de Outubro. -----

O Senhor Deputado, **António Manuel Mendes Lopes**, do Partido Socialista pediu a palavra para alegar não ser possível a realização da sessão, dado a mesma não ter sido convocada nos termos da Lei, nomeadamente no que concerne ao recebimento dos documentos atempadamente, tendo afirmado ter recebido os documentos apenas na Sexta-feira à noite. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes, referiu que no seu entender a questão da legalidade não se pode pôr, já que a Ordem de Trabalhos e a respectiva documentação foi entregue com mais de quarenta e oito horas de antecedência, conforme confirmação da funcionária responsável pelo expediente. -----

O Senhor Deputado, **Rui Miguel Oliveira, do Partido Social Democrata**, solicitando a palavra e relativamente à questão colocada e à observação dos quesitos, referiu não por em causa a palavra do senhor deputado Mendes Lopes nem dos funcionários, entende sim, serem todos os presentes vítimas dos formalismos da lei dando o exemplo do que é a realidade independentemente do formalismo, perguntando ao senhor deputado Mendes Lopes se foi ou não possível preparar a reunião. -----

A pedido do senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Fernando dos Santos Antunes**, foram os trabalhos interrompidos por quinze minutos -----

No recomeço e após várias intervenções dos senhores Deputados Sílvio de Carvalho, **Paulo Sousa, Paulo Roxo, Mendes Lopes, Rui Oliveira e Vitor Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Podentes**, foi possível aprovar por consenso de que se absteve apenas o senhor Deputado Alfredo Curcialeiro, Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, uma proposta para que os trabalhos fossem retomados no dia seguinte, pelas dezanove horas, dando assim mais uma oportunidade a todos de consultarem a documentação e prepararem melhor a sessão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia, **Fernando dos Santos Antunes**, agradeceu a presença de todos os senhores Membros da Assembleia, encerrando os trabalhos quando eram dezasseis horas. -----

2ª PARTE

No dia seguinte, pelas dezanove horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, foram retomados os trabalhos pela Assembleia Municipal de Penela. -----

Reabertura da Sessão: O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Fernando dos Santos Antunes**, fez a reabertura da sessão começando por cumprimentar o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores da Câmara Municipal presentes na sessão. -----

PERÍODO ANTES da ORDEM do DIA

De seguida procedeu-se à votação da acta da sessão ordinária de trinta de Outubro que foi aprovada por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ter recebido a comunicação escrita da organização como Grupo dos senhores Deputados eleitos pelo Partido Social Democrata cuja Direcção passa a ser a seguinte: Presidente - Rui Miguel Antunes Oliveira; Vice-Presidente – David Fernandes Duarte; Vice-Presidente – Paulo Octávio Felisberto Correia Alves de Sousa. -----

Aberto o período de esclarecimento de interesse para o Município, pediram a palavra os seguintes Membros da Assembleia, cujas intervenções se resumem.-----

- O senhor deputado **David Fernandes Duarte** apresentou uma moção e voto de louvor pela certificação de qualidade obtida pela Associação humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela, primeira Corporação do país a receber tal galardão. Falou da diferença entre o investir e o gastar no concelho e deu conta de algumas inovações/melhorias no concelho como a ZIP, a construção do hotel, os Bombeiros, o evento Penela presépio, etc. Terminou a sua intervenção, esperando que os próximos quatro anos sejam de senso e consenso.-----

- O senhor deputado **António Mendes Lopes** exprimiu a opinião que a Assembleia Municipal será enriquecida se houver divergência, sendo que será por aqueles que o elegeram que terá que pugnar -----

- A senhora deputada **Anabela Mendes Monteiro**, demonstrou o seu agrado em nome de todos os habitantes da sua freguesia, pelo facto do programa “Penela não Pára” ter chegado à Cumieira, sendo uma mais-valia para todos.-----

- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, Deputado **Alfredo dos Santos Curcialeiro**, disse subscrever as palavras da senhora deputada Anabela Monteiro, lamentando apenas não ter aquela Junta de Freguesia tido conhecimento dos horários dos autocarros.-----

- O senhor deputado **Paulo Silva Roxo** referiu que deveria ter existir colaboração institucional entre a Câmara e a Junta de Freguesia sobre o alargar do “Penela não Pára” à Cumieira. Felicitou, também, os Bombeiros de Penela não só pela certificação mas também pela operacionalidade demonstrada e zelo pela floresta. Em jeito de balanço, felicitou ainda, a Flopen pelo trabalho que vem realizando no Concelho -----

- O senhor deputado **Rui Miguel Oliveira**, começou por referenciar a iluminação natalícia da vila, que a todos orgulha. Referiu ser natural do Espinheiro mas não ser por essa razão que está presente na Assembleia. O que o move é o pensar no seu concelho como um todo. Referiu o bom ambiente que se viveu nos últimos quatro anos na Assembleia Municipal, onde não faltaram debates acalorados. Deu relevo a obras como: O IC3, cujo assinatura do contrato de concessão foi recentemente adiada; a construção da acusada como “megalómana obra do Hotel” da Ponte do Espinhal; O Fórum de Desenvolvimento Económico que tantos oradores têm trazido e inclusive colocado o Instituto Pedro Nunes a trabalhar com o concelho, nomeadamente no projecto do HIESE; Por último (deixando um voto de parabéns aos colaboradores da Câmara Municipal), realçou a certificação dos serviços e o balcão único, pensada no beneficiar o munícipe.-----

Terminado o período de esclarecimento de interesse para o Município, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a ler o texto da Moção apresentada pelo grupo do Partido Social Democrata, a seguir transcrito:-----

MOÇÃO COM VOTO DE LOUVOR E AGRADECIMENTO-----

Propomos que a Assembleia Municipal de Penela, na sua reunião ordinária de vinte e dois de Dezembro de dois mil e nove, aprove a presente **MOÇÃO COM VOTO DE LOUVOR E AGRADECIMENTO** a Associação **Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela** por ser a primeira corporação de bombeiros do país com certificação de qualidade no âmbito da norma **NP EN ISO 9001:2008**; "Certificado de Qualidade nos serviços de

Transporte de Doentes e Administrativos", o que demonstra o profissionalismo e competência que esta Associação coloca na prestação de tão importante serviço à comunidade que serve e constitui mais uma inequívoca demonstração de que os homens e mulheres do Concelho de Penela são capazes de identificar objectivos, definir estratégias, planear projectos e, não menos importante, saber executar as acções que os corporizam.-----

Penela, 22 de Dezembro de 2009-----

Posta à votação este voto de louvor, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.-----

ORDEM DO DIA

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina:-----

1. Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município;
2. Regimento da Assembleia Municipal
3. Moção sobre sinalização horizontal no actual IC3
4. Eleição dos representantes da Assembleia Intermunicipal da CIMPIN
5. Agrupamento Centros de Saúde – Nomeação de representante
6. Eleição do Representante das Juntas de Freguesia para:
 - Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - Conselho Cinegético Municipal
 - Assembleia Distrital de Coimbra
7. Agenda XXI Local – eleição de dois representantes para o Fórum Participativo
8. Mercado Municipal de Penela – Alteração de taxas
9. Loteamento da Zona Industrial de Penela – Alteração
10. Bairro de São Jorge – Reordenamento Viário
11. Plano de Urbanização e Salvaguarda do Centro Histórico da Vila de Penela – Alteração por adaptação;
12. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas;
13. Empreendimento Turístico do Esquio e Pessegueiro – Declaração de Interesse Público
14. 1ª Revisão ao Orçamento para 2009
15. 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2009
16. Parque Eólico de Malhadizes – Renúncia ao direito de subscrição de 5% do capital social
17. Parques Eólicos de S. João I e S. João II – Renúncia ao direito de subscrição de 5% do capital social
18. Grandes Opções do Plano para 2010 - Discussão e votação;
19. Orçamento para 2010 - Discussão e votação;

PRIMEIRO PONTO - Apreciação de informação do Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município:

Aberto este ponto, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao senhor **Presidente da**

Câmara Municipal que começou por cumprimentar todos os presentes na sessão, fazendo algumas considerações sobre as intervenções dos senhores deputados.-----

- Sobre o “Penela Não Pára” pediu desculpa pelos lapsos de informação, aconselhando os senhores Presidentes de Junta a não serem tão institucionais, bastando para o efeito telefonar para podermos ter informação atempada.-----

- Sobre a intervenção do deputado senhor **Paulo Roxo** referiu não haver qualquer obrigatoriedade da Câmara Municipal, em estender o projecto à freguesia “A” ou “B”. Tratando-se de um projecto-piloto, foi primeiramente implementado no terreno para aferir a sua viabilidade.-----

De seguida centrou a sua intervenção no Documento oportunamente enviado ao senhor Presidente da Assembleia, que se anexa a esta acta.-----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, inscreveram-se para usarem da palavra os seguintes deputados: -----

- O senhor Deputado Paulo Roxo disse, sobre as iniciativas privadas de investimento, que a Câmara não se deve “colar” muito, sabendo-se que o investimento é um risco. Caso tais investimentos não sejam bem sucedidos como ficará a Câmara? -----

- O Presidente de Junta de Freguesia, Deputado **Alfredo Curcialeiro**, referiu que embora todos os presentes estejam em representação do concelho, cada Presidente de Junta tem a obrigação de interceder pela sua freguesia. Nesse sentido gostaria de ver concretizada a promessa de ampliação da zona industrial da Louriceira, cujo projecto nunca viu.-----

- O senhor deputado **José Carlos Reis** reforçou as palavras do senhor Presidente da Câmara, sobre o apoio aos investidores e congratulou-se pela obra de saneamento que, muito embora considere uma “obra enterrada”nem por isso é menos importante.-----

- O senhor deputado **António Mendes Lopes**, recordou o seu papel, na procura de investidor para as aldeias do Pessegueiro e Esquio; sobre a construção do hotel, enquanto vereador, também nunca se opôs à obra. Lembrou ainda a sua opinião aquando da construção da ETAR na Quinta do Pinheiro que na altura achou um erro e sobre as obras do emissário lembrou que não são da Câmara Municipal-----

- Em resposta aos Senhores Deputados o **Sr. Presidente da Câmara**, referiu que tem sido política da Câmara apoiar e atrair investimentos privados, estranhando a opinião dos deputados do Partido Socialista. Salientou o intenso trabalho de incentivo ao investidor das aldeias de Esquio e Pessegueiro, para o encorajar a investir no concelho. Deu outro exemplo de investimento como o “Penela Center”, cujas negociações demoraram quase dois anos.-----

Sobre o “Penela não pára” informou que custa à Câmara Municipal trinta mil euros por ano. Não sendo a única solução possível, pretende-se ainda fazer um estudo de mobilidade por forma a melhorar o sistema de transportes. -----

Relativamente à construção de uma nova ETAR optou-se por essa possibilidade, dado que a actual não dispõe da capacidade para receber todos os resíduos. -----

SEGUNDO PONTO: Regimento da Assembleia Municipal (adiada a discussão para a próxima sessão) -----

TERCEIRO PONTO: Moção sobre Sinalização horizontal no actual IC3: Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que deu conta do enquadramento da Moção, cuja proposta a seguir se transcreve: -----

Proposta de Moção -----

Sinalização horizontal no actual IC3 -----

Considerando que o actualmente designado IC3 é hoje o principal eixo rodoviário de ligação entre o Município de Penela e a cidade de Coimbra; -----

Considerando que, cumulativamente, esta via de comunicação serve também todo o tráfego proveniente ou destinado ao sector sul do Pinhal Interior Norte; -----

Considerando que uma grande percentagem do tráfego diário deste corredor é composto por viaturas pesadas de elevada dimensão e peso; -----

Considerando que a conjugação deste factor com a sinuosidade que caracteriza esta Estrada Nacional origina frequentes filas de trânsito motivadas pela reduzida velocidade imposta pelos veículos pesados que raramente ultrapassa os 50 km/h, chegando em algumas situações mais íngremes a situar-se entre os 20 e os 30 km/h; -----

Considerando que, sem nada o fazer prever, a Estradas de Portugal procedeu a alteração da sinalização horizontal através da colocação de traço contínuo separador dos sentidos de trânsito entre o entroncamento com a EN 342 e o limite norte do concelho de Penela; -----

Considerando que, na extensão dos 7 km que ligam Condeixa-a-Nova e o limite norte do Município de Penela estes dois quilómetros agora sinalizados com traço contínuo constituíam, tão só, os únicos locais onde a ultrapassagem de veículos mais lentos, sendo viável e perfeitamente segura, garantia a fluidez de trânsito necessária à normal circulação automóvel numa via desta natureza; -----

Considerando, mais uma vez, que o IC3, no seu actual traçado, é a única e exclusiva via de ligação a Coimbra e à A1 das populações e empresas dos municípios de Penela, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Alvaiázere, Pedrógão Grande, Sertã, e tantos outros; -----

Considerando que, cada vez mais, a mobilidade de pessoas e produtos é um dos factores mais condicionadores da tão desejada revitalização sócio-económica dos territórios de fraca densidade populacional que caracterizam esta sub-região; -----

A Câmara Municipal de Penela deliberou, por unanimidade:-----

1. Formular um veemente protesto junto da Delegação Regional do Centro da Estradas de Portugal, E.P. pela indescritível acção que perpetrou contra os legítimos interesses das populações e empresas servidas pelo IC3, ao limitar de forma artificial e absolutamente injustificada a já de si penosa mobilidade de que iam usufruindo; -----

2. Reivindicar a imediata reposição do traço descontínuo nos troços da referida via que, no plano da segurança rodoviária mais exigente, apresentam inequívocas condições de ultrapassagem, devolvendo assim a este troço de estrada alguma da fluidez que a mesma justifica; -----

3. Reiterar que a acção desenvolvida está a gerar o efeito perverso de contribuir para o aumento dos níveis de insegurança nesta rodovia, na medida em que muitos condutores, impedidos de ultrapassar nos locais de boa visibilidade que foram artificialmente vedados, acabam por ceder à tentação de ultrapassar em locais onde não existe qualquer sinalização impeditiva mas a visibilidade é diminuta, senão mesmo nula. -----

4. Solicitar à entidade com jurisdição sobre o IC3 que promova a repintura das guias laterais e a revisão da sinalização horizontal em toda a sua extensão, tendo em particular atenção, contrariamente ao demonstrado na intervenção agora contestada, a compatibilização da necessidade de gerar fluidez no tráfego com a indissociável e desejável criação de condições de segurança rodoviária mínimas e razoáveis. -----

5. Dar conhecimento desta tomada de posição: -----

a) À Assembleia Municipal de Penela; -----

b) Às Juntas de Freguesia do Concelho; -----

c) A todos os Municípios mais directamente abrangidos; -----

d) Ao Governador Civil do Distrito de Coimbra -----

e) Ao Presidente do Conselho de Administração da Estradas de Portugal, EP; -----

f) Aos órgãos de comunicação social.

- O deputado da Assembleia, **José Carlos Reis**, referiu que as estradas de Portugal deveriam dar mais atenção a problemas bem mais graves tal como a sinalização vertical na EN17-1, que está derrubada e a semaforização avariada. Foi também pedida a intervenção noutras situações nomeadamente no tapamento de buracos ao longo do IC-3.-----

- A deputada **Marta Sofia Ramos**, disse que achava o assunto de extrema importância e que, importa reflectir também sobre a reposição de pavimento, sinalização, manutenção de valetas e limpeza de terrenos limítrofes. -----

- O deputado, **António Mendes Lopes**, referiu nada ter a opor, opinando que a Câmara Municipal devia ter uma palavra prévia com as Estradas de Portugal pois poderá estar em causa alguma questão de segurança.---

Posta à votação foi a proposta "**Moção sobre Sinalização horizontal no actual IC3**" aprovada por unanimidade, devendo o texto, no ponto cinco, ser rectificado no sentido da Assembleia Municipal tomar posição e não tomar mero conhecimento.-----

QUARTO PONTO - Eleição dos representantes da Assembleia Intermunicipal da CIMPIN: O Presidente da Mesa começou por explicar que se tratava da eleição de dois representantes para a Assembleia Intermunicipal da CIMPIN, pelo que perguntou a cada uma das bancadas se tinham nomes a sugerir. A Bancada do PSD apresentou indicou o deputado Rui Miguel Antunes Oliveira. Por parte da bancada Socialista foi indicado o deputado António Manuel Mendes Lopes. -----

Procedeu-se à votação, tendo-se sido eleitos, para representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIMPIN CIMLT, por unanimidade, os Deputados municipais Rui Miguel Antunes Oliveira do PSD e António Manuel Mendes Lopes do PS.-----



QUINTO PONTO - Agrupamento dos Centros de Saúde – Nomeação de representante: Sob proposta da Câmara, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a nomeação do Vereador do pelouro na área da Saúde, António José dos Santos Antunes Alves, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

SEXTO PONTO - Agenda XXI Local – eleição de dois representantes para o Fórum Participativo:

Pelo senhor Presidente da Câmara foi explicado em que consiste a Agenda XXI Local, dando conta da necessidade de eleição de dois representantes para participação no respectivo Fórum. -----

Procedeu-se à votação, tendo sido eleitos, para representantes da Assembleia Municipal no Fórum Participativo o Presidente da Assembleia Municipal, Fernando dos Santos Antunes e o Deputado eleito pelo Partido Socialista, Januário Pereira Antunes. -----

SÉTIMO PONTO - Eleição do representante das Juntas de Freguesia para: -----

- **Associação Nacional de Municípios Portugueses:** De seguida procedeu-se à votação secreta para eleição de um Presidente de Junta de Freguesia nos termos do n.º 2º do artigo 6º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo sido eleito, por unanimidade, o Deputado Vítor Manuel Rodrigues Vieira, Presidente de Junta de Freguesia de Podentes. -----

- **Conselho Cinegético Municipal:** De seguida procedeu-se à votação secreta para eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal tendo sido eleito, por unanimidade, o Deputado Jorge Carlos Antunes Pereira, Presidente de Junta de Freguesia de Espinhal. -----

- **Assembleia Distrital de Coimbra:** De seguida procedeu-se à votação secreta para eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Coimbra nos termos das alíneas a) e b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 08 de Janeiro tendo sido eleita, por unanimidade, a Deputada Maria do Nascimento Rasteiro Marmé, Presidente de Junta de Freguesia de Rabaçal. -----

OITAVO PONTO - Plano de Urbanização e Salvaguarda do Centro Histórico da Vila de Penela – alteração por adaptação: O senhor Presidente da Assembleia submeteu, à apreciação da Assembleia Municipal, a proposta referida em título, cujos documentos se anexam à presente acta e se dão por integralmente reproduzidos, tendo o senhor Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca do assunto. -

Transcrição da deliberação camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove; -----

“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações propostas, de acordo com a informação dos Serviços e submete-las a discussão da Assembleia Municipal.” -----

Não havendo inscrições para intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

NONO PONTO - Loteamento da Zona Industrial de Penela – alteração: O senhor Presidente da Assembleia submeteu, à apreciação da Assembleia Municipal, a proposta referida em título, cujo documento se anexa à

presente acta e se dá por integralmente reproduzido, tendo o senhor Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca do assunto. -----

Transcrição do extracto da deliberação camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove; ----

“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações propostas para o Loteamento da Zona Industrial de Penela, alvará número dois barra noventa e dois, de acordo com a informação dos serviços.”

Não havendo inscrições para intervenções, foi o presente assunto posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

DECIMO PONTO - Bairro de São Jorge – Reordenamento Viário: Foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que explicou os pressupostos que estiveram na base da apresentação da proposta, cujo documento se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzido, com vista ao reordenamento do trânsito no Bairro de S. Jorge. -----

Não havendo inscrições para intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - Mercado Municipal de Penela – alteração de taxas: O senhor Presidente da Mesa submeteu, à apreciação da Assembleia Municipal, a proposta referida em título, cuja documentação se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzida, tendo o senhor Presidente da Câmara dado uma explicação sumária acerca do assunto. -----

Registou-se a intervenção do senhor deputado **Rui Oliveira** que referiu a importância, em termos sociais, que apresenta aquela pequena forma de negócio para a vila e que tem vindo a diminuir ao longo dos tempos. Salientou o passo importante, dado nos últimos anos, com a implementação do mercado agrícola, deixando o desafio no sentido de se liberalizar, cada vez mais, a participação do pequeno agricultor na feira, podendo mesmo esta proposta ir mais além. -----

Não havendo mais inscrições para intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

DECIMO SEGUNDO PONTO - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e Infracções Conexas: Foi presente à Assembleia Municipal o Plano de Prevenção de Riscos, incluindo os de corrupção e infracções conexas, documento que se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzido.

O senhor Presidente da Câmara explicou o contexto do ponto em apreciação, dando conta que o mesmo resultou do desafio lançado pelo Tribunal de Contas à Associação Nacional de Municípios Portugueses, no sentido de elaborarem os seus planos face à acção dos Municípios. -----

Transcrição da deliberação camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove; -----

“A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infracções Conexas e submete-lo a aprovação da Assembleia Municipal.” --

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** congratulou-se com a elaboração do Plano em apreciação pois a ideia generalizada de que quem é político é corrupto é manifestamente falsa e injusta para milhares de cidadãos que, honestamente, se dedicam com autêntica devoção ao interesse das populações. -----

- O senhor deputado **David Fernandes Duarte**, congratulou-se com a decisão da ANMP e do Tribunal de Contas sobre o assunto. Prevenir nunca é demais e o crime corrupção é aquele que mais facilmente se esconde, daí a importância do Plano. Se os políticos pretendem obter mais credibilidade, por parte da população, há que lhes dar sinais. -----

- O senhor deputado **Mendes Lopes** salientou a importância da publicitação do documento. Embora seja um Plano de eficácia interna trata-se de um documento “dinâmico”, logo haveria todo o interesse em que os Múncipes dele tivessem conhecimento. -----

Não havendo mais inscrições para intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

DECIMO TERCEIRO PONTO - Empreendimento Turístico do Esquio e Pessegueiro – Declaração de Interesse Público - Apreciação, discussão e votação: O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o pedido de declaração de interesse público municipal, formulado pela empresa Prolote, Limitada, cujo documento se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzido, com vista à realização de empreendimento turístico nas aldeias de Esquio e Pessegueiro. -----

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 7 de Dezembro de dois mil e nove:-----

“A Câmara Municipal concordou com o proposto na informação e deliberou, por unanimidade, declarar o interesse público Municipal do investimento, dada a sua importância para o desenvolvimento do concelho. -----

Mais deliberou, por unanimidade, submeter o assunto a discussão da Assembleia Municipal.”-----

- Interveio o Senhor deputado **Paulo Roxo** que reforçando, embora a ideia de se tratar de um investimento privado de grande importância para o concelho, e sendo certo tratar-se de um investidor que deve ser recebido de braços abertos, não deverão ser descurados todos os outros pequenos investidores que apostam no concelho. -----

Não havendo mais inscrições para intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

DECIMO QUARTO PONTO - 1ª. Revisão ao Orçamento para 2009: Foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que explicou em traços gerais o contexto da primeira Revisão ao Orçamento.-----

Transcrição da proposta presente à reunião camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove;-----

“1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA 2009: O senhor Presidente da Câmara disse ser esta uma questão formal decorrente do saldo orçamental do ano anterior, a incluir no orçamento do corrente ano.-----

Transcrição da deliberação da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 7 de Dezembro de dois mil e nove:-----



“Informação-----

Assunto: REVISÃO AO ORÇAMENTO E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009.-----

A prestação de contas relativa ao ano de 2008 aprovada em 20 de Abril de 2009 pelo órgão executivo e em 30 de Abril de 2009 pelo órgão deliberativo apresentou um saldo orçamental no valor de 28.964,66€ (vinte oito mil novecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos).-----

Não tendo sido efectuada ainda a correspondente revisão orçamental necessária para inclusão daquele saldo de gerência no orçamento de 2009, conforme ponto 8.3.1.4 do Decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, proponho que a Câmara Municipal aprove a presente revisão e submeta à Assembleia Municipal, com vista à competente aprovação final, nos termos da alínea c) do n.º. 2 do art.º. 64 conjugado com a alínea b) do n.º. 2 do art.º. 53º. Da lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º. 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a Revisão do Orçamento para o corrente ano, com REFORÇOS na RECEITA no valor de 28.964,66 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos) e na DESPESA com REFORÇOS no valor de 28.964,66€ (vinte oito mil novecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos).-----

Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

- Interveio o Deputado **Sílvia de Carvalho**, explicando que o seu voto irá no sentido da sua tomada de posição, enquanto Vereador da Câmara Municipal, no anterior mandato.-----

Não havendo mais intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com a abstenção dos senhores deputados do Partido Socialista.-----

DECIMO QUINTO PONTO - 1ª. Revisão às Grandes Opções do Plano para 2009: Foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que explicou em traços gerais o contexto da primeira Revisão às Grandes Opções do Plano para dois mil e nove.-----

Transcrição da proposta presente à reunião camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove;-----

“1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2009: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, na sequência daquela que foi a tomada de posição da anterior Vereação, aprovar a primeira Revisão das Grandes Opções do Plano para o corrente ano com REFORÇOS no valor de 28.964,66€ (vinte oito mil novecentos e sessenta e quatro euros e sessenta e seis cêntimos).-----

Mais deliberou submeter o documento à aprovação da Assembleia Municipal.”-----

Não havendo intervenções foi o presente assunto posto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com a abstenção dos senhores deputados do partido Socialista.-----

DECIMO SEXTO PONTO - Parque Eólico de Malhadizes – Renuncia ao direito de subscrição de 5% do capital social-----

DECIMO SETIMO PONTO - Parques Eólicos de S. João I e S. João II – Renuncia ao direito de subscrição de 5% do capital social-----

Apresentação, Discussão e autorização: Pelo senhor Presidente da Assembleia foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, para proceder à apresentação dos documentos (que se anexam à presente acta e se dão por integralmente reproduzidos) referentes aos Parques eólicos de Malhadizes e de São João I e II, dada a similitude do assunto. -----

Pelo senhor Presidente da Câmara foi efectuada uma explicação sumária, dos pontos décimo sexto e décimo sétimo, os quais foram aprovados em reunião Camarária de 7 de Dezembro, cujo teor das deliberações se transcreve: -----

Transcrição da deliberação camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove; -----

- **“Parques Eólicos de Malhadizes – Renuncia ao direito de subscrição de 5% do capital social:-----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a renúncia ao direito de subscrever e participar em cinco por cento do capital social da empresa, de acordo com o proposto no documento supra transcrito e submeter o assunto a discussão da Assembleia Municipal”. -----

Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foi proferida a seguinte declaração de voto:-----

“Tendo sido justificado o valor mencionado no documento apresentado pela Iberwind, limitada (actualmente única detentora da Pel) que continha o montante da contrapartida; atendendo a que os valores em causa foram validados pelo Revisor Oficial de Contas, os Vereadores do Partido Socialista decidiram votar favoravelmente a renuncia aos direitos de subscrição dado ter sido demonstrado haver mais-valias para o Município.” -----

Transcrição da deliberação camarária da reunião do dia 7 de Dezembro de dois mil e nove; -----

- **Parques Eólicos de S. João I e S. João II – Renuncia ao direito de subscrição de 5% do capital social-----**

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a renúncia ao direito de subscrever e participar em cinco por cento do capital social da empresa, de acordo com o proposto no documento supra e submeter o assunto a discussão da Assembleia Municipal.” -----

Pelos senhores Vereadores do Partido Socialista foi proferida a seguinte declaração de voto:-----

“Tendo sido justificado o valor em causa e posteriormente confirmado através de parecer do Revisor Oficial de Contas, os Vereadores do Partido Socialista decidiram votar favoravelmente os direitos de renúncia à subscrição e participação no capital da empresa dado ter sido demonstrado haver mais-valias para o Município.” -----

- O senhor Presidente da Assembleia congratulou-se com a negociação uma vez terem sido salvaguardados os interesses do Município, acrescentando ter conhecimento de que, de facto se trata de uma negociação que rola há mais de dois anos. -----

- O senhor Deputado **Sílvio de Carvalho** referiu ter votado favoravelmente o protocolo em dois mil e dois e que enquanto Vereador do executivo camarário nunca teve conhecimento de quaisquer valores. Leu a cláusula que se refere à participação de 5% e se o que se pretendia era um investimento de vinte

milhões de contos os correspondentes a 5% seriam seiscentos mil euros e não quatrocentos mil euros a que o senhor Presidente da Câmara se referiu. -----

- O senhor deputado **David Fernandes**, relativamente aos dois documentos congratulou-se dado terem sido acautelados os interesses do município. A participação dos 5%, no seu entender, seria muito complicado. Referiu ter prestado algum apoio à empresa aquando da sua instalação, tendo sido a mesma benéfica quer para os proprietários dos terrenos, quer para as Juntas de Freguesia, quer para a Câmara Municipal dado tratar-se de uma fonte de energia limpa.. Salientou, ainda, a importância dos 2,5% da facturação mensal enquanto receita para o Município. -----

- O senhor deputado **Paulo Roxo**, referiu estarem os dois contratos feridos de vício. Se as empresas não cumpriram com a Câmara logo a mesma tinha o direito de recorrer em sede própria. -----

- O senhor deputado **António Mendes Lopes**, referiu que não se considera totalmente esclarecido, sentindo algumas dúvidas sobre a cláusula que refere que uma das formas de contrapartida é os 5%. Deu os parabéns ao então Presidente da Câmara Fernando Antunes por ter negociado tal contrato e acusou de incúria quem o substituiu. Perguntou se é o comprador quem define as regras de aquisição motivo pela qual põe em causa os métodos, pois a Câmara Municipal deveria ter mandado efectuar os seus cálculos mas não o fez, acreditando na palavra dos auditores. -----

Sobre o contrato do parque eólico São João um e dois, referiu não conhecer o contrato do São João dois, desconhecendo a sua existência. Questionou se a tal empresa auditora avaliou os dois parques pelo preço de um. A forma de trazer o assunto à Assembleia Municipal devia ser devidamente fundamentada, e isso cria-lhe dúvidas e reservas sobre a matéria. Assim quer saber porque são beneméritos e apresentam os valores em questão pois, avaliar um parque eólico pelos pressupostos da empresa vendedora não lhe parece correcto. -----

- O senhor deputado **José Carlos Reis** membro do executivo à data da negociação, referiu que na altura foi negociado com as empresas que a segunda tranche seria paga quando os parques estivessem a funcionar, daí não ter havido incúria do Executivo. Só a partir do momento que se constituíram e começaram a funcionar é que se geraram condições para exigir o cumprimento do resto do contrato -----

- Findas estas intervenções, o **Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:-----
Os contratos fazem-se pela empresa e não pelo parque eólico. O acordo está devidamente fundamentado, sendo que a empresa que visou os valores é uma Sociedade Revisora Oficial de Contas, daí estar tranquilo. Referiu que a metodologia de cálculo utilizada foi a do critério da Valorização Absoluta - (DCF - *discount cash-flow*) sendo que os 2,5% sobre a facturação continuam a ser recebidos.-----

Não havendo mais intervenções e posto à votação, foi o documento “**Parques Eólicos de Malhadizes – Renúncia ao direito de subscrição de 5% do capital social**”, aprovado por maioria com voto contra dos senhores

Am

deputados Mendes Lopes, Paulo Roxo, Alfredo Curcialeiro e a abstenção dos senhores deputados Januário Antunes, Maria do Nascimento Marmé, Luís Alves Ferreira e Sílvio de Carvalho.-----

- O senhor deputado Mendes Lopes referiu que o voto contra, vai no sentido de que o senhor Presidente da Câmara não o ter esclarecido devidamente, nomeadamente no que concerne à questão da avaliação ter sido efectuada por uma empresa nomeada pela PEL.-----

Posto à votação o documento “**Parques Eólicos de S. João I e S. João II – Renuncia ao direito de subscrição de 5% do capital social**”, foi o mesmo aprovado por maioria com voto contra dos senhores Deputados Mendes Lopes, Paulo Roxo, Alfredo Curcialeiro e a abstenção dos senhores Deputados Januário Antunes, Maria do Nascimento Marmé, Luís Alves Ferreira e Sílvio de Carvalho.-----

- O senhor Deputado Mendes Lopes justificou o seu voto contra pelas mesmas razões da votação anterior.-----

DECIMO OITAVO PONTO - Grandes Opções do Plano para 2010 -Apresentação, discussão e autorização: Foi presente à Assembleia a proposta das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2010, documento que se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzido.-- Foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que fez uma apresentação sucinta do documento Grandes Opções do Plano para dois mil e dez.-----

Transcrição da deliberação camarária da reunião do dia sete de Dezembro de dois mil e nove:-----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2010: Pelo Senhor Presidente foi apresentado o documento “Grandes Opções do Plano” para o ano económico de dois mil e dez, que passou a ser discutido pela Câmara, e que adiante se transcreve:-----

“Introdução-----

A proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2010, que aqui se apresenta, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.ºs 315/2000, de 15 de Dezembro, 26/2002, de 14 de Fevereiro e 84-A/2002, de 5 de Abril, numa linha de complementaridade dos anos precedentes, concretiza a orientação estratégica para o desenvolvimento do Município contida no PD-ICE (Programa Director Inovação Competitividade e Empreendedorismo), na Carta Educativa e na Carta Social. Foi assim que iniciámos há 4 anos um novo ciclo de desenvolvimento no Concelho de Penela. Os tempos nem sequer eram os mais propícios, considerando o enquadramento macro económico de Portugal e do Mundo, bem como as políticas restritivas plasmadas na nova Lei das Finanças Locais.-----

Apesar de tudo, não baixámos os braços e traçámos uma linha de rumo estratégica e ambiciosa para o Concelho de Penela, percebendo as nossas debilidades mas também as nossas oportunidades de gerar riqueza e desenvolvimento.-----

Num pequeno Concelho como Penela, as metas de desenvolvimento, de geração de emprego e riqueza, de qualidade de vida e de solidariedade serão somente atingidas se as políticas emanadas a partir dos Paços do



Concelho forem ao encontro dos vários agentes da sociedade civil, desde empresários, instituições particulares de solidariedade social, comunidades escolares, movimento associativo, produtores agrícolas e florestais, enfim cidadãos em geral. -----

Temos consciência que somente com a continuidade da dinâmica e da liderança imprimidas, o Concelho de Penela poderá ambicionar desenvolver a sua capacidade empreendedora, ampliar a base económica local e reforçar a sua posição no contexto regional, criando novas oportunidades de desenvolvimento. -----

Esta visão estratégica consistente do Concelho de Penela na Região Centro assenta em vários eixos e documentos estruturantes, como se poderá identificar: -----

- . PD-ICE - Plano Director de Inovação Competitividade e Empreendedorismo; -----
- . Carta Educativa; -----
- . Carta Social; -----
- . QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional; -----
- . Terras de Sicó – Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER); -----
- . ADXTUR – Rede de Aldeias do Xisto; -----
- . Eixo da Romanização: Conímbriga – Rabaçal - Santiago da Guarda - Tomar; -----
- . Projecto By - Nature (Natureza). -----

PD-ICE -----

PLANO DIRECTOR DE INOVAÇÃO COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO -----

Fomos dos primeiros concelhos a concluir um novo plano estratégico com o horizonte temporal 2006-2015, entendendo claramente que as linhas de desenvolvimento teriam que assentar na inovação e nos recursos locais diferenciadores do nosso Concelho. -----

Identificámos como essencial que a gestão municipal tenha como base, um documento orientador participado pela sociedade civil e pelos membros de todos os órgãos autárquicos locais, independentemente de cores políticas. -----

Foi isso que fizemos. Desde Novembro de 2005, governámos com todos e para todos, definindo linhas claras de orientação estratégica à volta de três domínios de acção: -----

- Pessoas (Educação, Formação, Associativismo); -----
- **Sectores estratégicos** (Turismo cultural e Ambiente, Fileira agro-alimentar, Exploração florestal e Energias renováveis); -----
- **Infra-estruturas** de suporte ao desenvolvimento empresarial e à qualidade de vida. -----

Com este princípio, a visão pôde assim ser suportada em três linhas estratégicas: -----

- **Dinamizar a base económica** local, reforçando parcerias; -----
- **Consolidar novos factores de competitividade centrados na educação e formação**, fomentando uma nova cultura de valores baseada na ética, na criatividade, na capacidade de realização, valorizando o risco e o conhecimento; -----
- **Valorizar o território** como factor de desenvolvimento. -----



Obviamente que o caminho vai a meio e há ainda muito para fazer e concluir. Falar do desenvolvimento do nosso Concelho, para além do voluntarismo é necessário consolidar estas políticas de modo a atingir as metas traçadas.-----

Também sabemos que só é possível, acreditando nos vários actores que constituem a nossa comunidade, bem como tendo a capacidade de atrair novos investidores, fechando o círculo virtuoso de um futuro com esperança para os nossos jovens.-----

CARTA EDUCATIVA-----

Considerando a sua obrigatoriedade para a aprovação de projectos de novas infra-estruturas escolares e percebendo que a educação é verdadeiramente onde começa o futuro, decidimos elaborar um documento que apontasse claramente as linhas orientadoras para este sector tão importante.-----

Claro que a definição dos novos centros escolares é um aspecto essencial desse documento mas também é essencial a definição de políticas educativas locais para os vários níveis de ensino, desde o pré-escolar e 1º ciclo, até ao ensino secundário e profissional.-----

Quanto às infra-estruturas, o centro educativo de Penela, com financiamento do Quadro Comunitário (QREN), já se encontra em construção, permitindo a partir do ano lectivo 2010/2011, atingir um antigo desejo de ter uma escola de 1º ciclo e um Jardim de Infância moderno e com espaços apropriados para crianças. O centro educativo do Espinhal, também com financiamento do Quadro Comunitário (QREN), terá o início da sua construção no ano de 2010.-----

Quanto ao pólo educativo da Cumieira vamos continuar a reivindicar a pertinência da sua construção, numa perspectiva equilibrada de desenvolvimento territorial, concluindo em 2010, o seu projecto de arquitectura.-----

A nova dinâmica da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó também já é consequência destas políticas concertadas, nomeadamente a criação de um novo curso de energias renováveis que veio aumentar a oferta formativa dos nossos jovens.-----

Numa lógica de bom aproveitamento dos recursos e da qualidade de ensino, é deveras importante definir uma política educativa que seja capaz de desenvolver uma solução para introduzir o ensino secundário no Concelho, considerando a sua obrigatoriedade, em parceria com a ETP Sicó e com a EBI Infante Dom Pedro.-----

O Empreendedorismo nas escolas, acção que envolve praticamente toda a comunidade escolar e os prémios de mérito aos melhores alunos na Gala da Educação são dois bons exemplos da forma integrada e planeada, como hoje se gere o nosso Município, intersectando a educação com as linhas estratégicas do nosso plano de desenvolvimento.-----

CARTA SOCIAL-----

Conscientes do ponto de partida, sob o ponto de vista dos indicadores demográficos, aliás comuns à maioria dos concelhos do Pinhal Interior, podemos dizer que somos um dos primeiros municípios de Portugal a concluir a CARTA SOCIAL, agora obrigatória através da legislação recentemente aprovada.-----

Temos confiança no futuro mas temos o discernimento de perceber quais são os indicadores populacionais com os quais nos temos vindo a confrontar há mais de 30 anos a esta parte.-----

Este é um problema comum a muitos concelhos do Interior de Portugal: baixa densidade populacional, pouca massa crítica, baixa geração de riqueza, saída de população, formando um ciclo vicioso que Portugal precisa de interromper.-----

Não nos resignámos e temos consciência do muito que foi feito e que cabe ao poder local fazer.-----

De qualquer modo, o diagnóstico social foi realizado freguesia a freguesia e perspectivados os indicadores demográficos até 2021. **Somente com este nível de planeamento se poderá agir com consistência visando melhor futuro.**-----

Com a Carta Social, temos o documento de políticas que a Rede Social do Concelho de Penela deverá implementar nos próximos anos, de forma coerente e não aleatória.-----

As grandes linhas terão que consolidar e aumentar a rede de serviços de apoio ao domicílio, integrando novas valências (saúde, serviços de manutenção, etc.), continuar a aumentar a taxa de cobertura de apoio à 1ª infância (creche), nomeadamente aproveitando a construção do novo centro escolar do Espinhal com a consequente libertação do imóvel onde se encontra o actual Jardim de Infância, ou ainda o aumento de respostas de Lar social, considerando os indicadores de envelhecimento da nossa população.-----

Para além do referido, deverá ser consumado o reforço da atenção às doenças degenerativas, principalmente através da acção da Associação da Quinta das Pontes e ao apoio à construção das novas instalações apoiadas pelo programa PARES.-----

O bom trabalho social do Concelho terá que continuar a basear-se nas parcerias das várias IPSS (Santa Casa da Misericórdia de Penela, Casa de Beneficência Oliveira Guimarães, CERCI Penela, Cáritas e Associação Quinta das Pontes) com o Município de Penela, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e representantes da Comunidade Local.-----

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO – QREN-----

Desde 2007, embora em termos práticos a partir de 2009, e até 2015 está no terreno o quarto quadro comunitário de apoio. Trata-se de um instrumento financeiro que visa apoiar várias linhas estratégicas nacionais e regionais, obrigando os actores do desenvolvimento local ainda a maior competitividade por um lado e maior concertação intermunicipal, por outro lado.-----

Este pacote de programas nacionais e regionais é complexo e exige de quem lidera os municípios muita dedicação e análise, para o melhor aproveitamento possível dos financiamentos comunitários em prol do desenvolvimento das nossas terras.-----

Nesta altura, ainda que estejamos no início da implementação do QREN, entre projectos de centros escolares, reabilitações urbanas, mobilidade (estradas municipais), equipamentos culturais, estratégias de eficiência colectiva que falaremos mais adiante, estamos a falar de cerca de 5 milhões de Euros de apoios já apurados e que iremos pautar a acção do Município durante os próximos 4 anos.-----

TERRAS DE SICÓ – PRODER-----

Na perspectiva do Desenvolvimento Rural, a Associação de Desenvolvimento Local Terras de Sicó, tem desde o mês de Setembro, um novo pacote de apoios ao mundo rural.-----

A valorização dos nossos recursos endógenos, sobretudo a fileira agro-alimentar e o turismo em espaços rurais, têm aqui novas possibilidades de aproveitar recursos a fundo perdido para iniciativas de desenvolvimento nestas áreas.-----

Nesta perspectiva, desde os lagares de azeite do Sicó, pequenas queijarias tradicionais do Queijo Rabaçal, pequenas adegas de vinhos Terras de Sicó, Centros de extracção de Mel, casas de Turismo em Espaço Rural ou outros projectos inovadores ligados à nossa identidade e à nossa tradição, são desafios que se colocam à nossa iniciativa privada. -----

Todos estes potenciais investimentos e apoios encaixam de forma perfeita na estratégia de valorização territorial definida para o Concelho de Penela. Além disso, poderão ser um forte impulso para o reforço e consolidação da nossa fileira agro-alimentar, complementada com a gastronomia e com o turismo cultural e de natureza.-----

No que concerne aos projectos públicos individuais ou em parceria, destacamos os projectos de valorização de edifícios mais notáveis e monumentos das nossas aldeias, numa perspectiva de desenvolvimento integrado do Concelho, bem como a construção do mercado de gado no Rabaçal, numa parceria intermunicipal com o Município de Condeixa.-----

Neste enquadramento, a Associação de Desenvolvimento Local Terras de Sicó interpelará o governo, de modo a que neste tipo de projectos possam ser candidatados ao Eixo 3 do PRODER.-----

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA APOSTAR EM REDE -----

O Concelho de Penela deverá continuar a tirar partido daquilo que outrora poderá ter sido uma desvantagem, ou seja, de ser um Concelho de transição entre Litoral e Interior, a Sul do distrito de Coimbra e em contacto com as dinâmicas do norte do distrito de Leiria. -----

Penela é um Concelho que sob o ponto de vista geomorfológico, também possui a particularidade de a Oeste, do vale do Rabaçal até à Cumieira, predominarem os calcários e a Este ser dominado pelos Xistos da Serra do Espinhal. -----

A partir do legado histórico e patrimonial, colocámos o nosso Concelho em três eixos de desenvolvimento de futuro e de parcerias em rede, que poderão ajudar a alavancar a nossa economia, através de novos visitantes e de novos investidores. -----

No âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional, o Governo lançou um programa de apoio destinado a territórios de baixa densidade demográfica, tendo como objectivo de fundo promover a competitividade desses territórios (PROVERE).-----

Recentemente, depois de um trabalho de mais de um ano de preparação e apresentações de planos, de reuniões entre os vários parceiros e de definição de políticas intermunicipais, foram reconhecidas 25 estratégias de eficiência colectiva em Portugal Continental, oito (8) das quais na Região Centro.-----

Claramente devido à sua posição geoestratégica, ao planeamento e projectos realizados, o Concelho de Penela consegue estar em três (3) eixos de desenvolvimento: -----

1. A **rede das Aldeias do Xisto** promovida pela ADXTUR, da qual Penela faz parte da Direcção, vai consolidar a estratégia de acção e de desenvolvimento da rede das aldeias do xisto (Ferraria de São João), da rede das Praias Fluviais (Louçainha) e da atracção de vários investidores na área do turismo rural e de natureza.

A Ferraria de São João onde foi construído o primeiro e um dos melhores centros de BTT de Portugal vai ganhar novas casas de Turismo em Espaço Rural e vai reforçar a sua importância na rede, bem como a Praia Fluvial da Louçainha, para a qual se aprovou o investimento no Parque de Campismo. -----

Neste eixo, faz ainda parte dos nossos objectivos alargar a rede, à aldeia dos Pardieiros para a qual se vai desenvolver o Plano de Aldeia.-----

Não temos dúvidas sobre a indução de desenvolvimento que estes vários projectos privados e públicos promoverão nas aldeias vizinhas de Serra, como sejam Favacal ou Silveira. -----

Trata-se de um eixo de desenvolvimento onde também encaixa o projecto de turismo de saúde da Associação Portuguesa de Medicina Preventiva nas Obras do Dr. Bacalhau ou o empreendimento do Esquio e do Pessegueiro, investimentos privados avultados que provam a nova dinâmica desta parte do Concelho.-----

2. O eixo da Romanização promovido pelas Terras de Sicó, que abrirá uma nova frente de desenvolvimento que se inicia em Conímbriga, passa por Rabaçal e Santiago da Guarda, e termina em Tomar. ---

Esta rede ancorada à volta da temática da Romanização é a primeira do País, pelo que permitirá criar um novo produto turístico na região Centro de Portugal através do nosso território, onde pontifica o Rabaçal.-----

É aqui que entra o projecto da Cobertura da *Villa* Romana do Rabaçal e a oportunidade de, recorrendo a fundos comunitários, concretizar o desejo de mais de uma dezena de anos. -----

Além dos projectos públicos dos vários municípios, há dezenas de investidores privados envolvidos nesta estratégia, com objectivos vários que vão desde o hotel Duecitânea até à pequena queijaria ou lagar de azeite e que com este reconhecimento terão mais garantias de apoios comunitários. -----

3. Projecto By-Nature promovido por várias entidades incluindo o ICNB (Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade) onde além de projectos privados, está o projecto do Centro de Investigação dos Ungulados da Serra da Lousã (CIUS), a implementar na Serra do Espinhal e cujos principais parceiros são a Universidade de Aveiro, os Municípios de Penela e Miranda do Corvo, a Junta de Freguesia do Espinhal e de Vila Nova entre outros, com o objectivo de construir um cercado de cerca de 400 ha, com as valências de investigação, turismo e educação.-----

Trata-se de um importante projecto que, complementarmente poderá ainda assumir a Zona de Caça Nacional conjuntamente com os Municípios da Serra da Lousã, de modo a realizar a gestão integrada dos ungulados nomeadamente do veado e javali, visando também proteger a nossa agricultura de subsistência. -----

Além destes três programas no âmbito do PROVERE, Penela participou numa candidatura ao Eixo 2 do Mais Centro, nas redes para a competitividade e inovação, com a temática da **Rede dos Castelos e Muralhas Medievais da Linha Defensiva do Mondego**, que se encontra em processo de avaliação. -----

Mais uma vez com o inconformismo que caracteriza, hoje, o nosso Concelho, Penela lidera esta candidatura em que participam os municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Soure, Montemor-o-Velho, Pombal, Figueira da Foz e Coimbra. -----

Os castelos e muralhas medievais são o tema central de valorização territorial, à volta do qual também se juntam a Entidade Regional de Turismo do Centro, Universidade de Coimbra, Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) e Direcção Regional de Cultura do Centro. -----

No nosso caso em particular, destacamos o projecto da Casa da Noz, espaço que tem como público-alvo os mais novos e que constituirá a peça final, depois da regeneração urbana de Penela, Restaurante Dom Sesnando, Parque Infantil de temática Romana e Hotel da Quinta do Espinhal (investimento privado também apoiado no Âmbito do QREN).

É esta a visão de futuro: um Concelho perfeitamente integrado nas estratégias de desenvolvimento da Região Centro através de vários eixos de desenvolvimento, um Concelho com sensibilidade para as questões sociais, um Concelho que percebe que a educação é essencial para o futuro, um Concelho que atrai e fixa investidores promovendo novas oportunidades para os mais novos. Em conclusão, um Concelho que ganhou prestígio e é, hoje, encarado como uma terra de oportunidades, onde as pessoas possuem uma auto-estima renovada.

A isto também se pode designar de desenvolvimento sustentável de um território, uma vez que assenta na orientação estratégica de potenciar os recursos que existem – pessoas, meio ambiente e património”.

Os valores totais das Grandes Opções do plano são os seguintes:

Os valores totais das Grandes Opções do plano são os seguintes:

Total Geral (para dois mil e dez): - 14.106.818,00€ - catorze milhões cento e seis mil oitocentos e dezoito euros);

Financiamento Definido: - 11.626.932,00€ - Onze milhões seiscentos e vinte seis mil novecentos e trinta e dois euros;

Financiamento Não Definido: - 2.479.886,00€ - dois milhões quatrocentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis euros.

Anos Seguintes:

Dois mil e onze: - 2.114.807,00€ - dois milhões cento e catorze mil oitocentos e sete euros;

Dois mil e doze: - 1.312.718,00€ – um milhão, trezentos e doze mil setecentos e dezoito euros.

Dois mil e treze: 400.000,00€ – quatrocentos mil euros.

Os valores totais do Plano Plurianual de Investimentos são os seguintes:

Total Geral (para dois mil e dez): - 10.801.495,00€ - Dez milhões oitocentos e um mil quatrocentos e noventa e cinco euros;

Financiamento Definido: - 8.321.609,00€ - oito milhões trezentos e vinte e um mil seiscentos e nove euros;

Financiamento Não Definido: - 2.479.886,00€ - dois milhões, quatrocentos e setenta e mil oitocentos e oitenta e seis euros.

Anos Seguintes:

Dois mil e onze: - 1.916.527,00€ - um milhão, novecentos e dezasseis mil quinhentos e vinte sete euros;

Dois mil e doze: - 1.297.338,00€ – um milhão, duzentos e noventa e sete mil trezentos e trinta e oito euros.

Dois mil e treze: 400.000,00€ – quatrocentos mil euros.

Os valores totais das Actividades mais Relevantes são os seguintes:

Total Geral (para dois mil e dez): - 3.305.323,00€ - Três milhões trezentos e cinco mil trezentos e vinte e três euros; -----

Financiamento Definido: -3.305.323,00€ - Três milhões trezentos e cinco mil trezentos e vinte e três euros; -----

Anos Seguintes: -----

Dois mil e onze: - 198.280,00€ – cento e noventa e oito mil duzentos e oitenta euros. -----

Dois mil e doze: 115.380,00€ – cento e quinze mil trezentos e oitenta euros. -----

Pelo senhor Vereador Renato França foram efectuadas algumas considerações sobre o documento apresentado, manifestando a sua disponibilidade para colaborar. Congratulou-se com alguns pontos que foram contemplados no documento, nomeadamente a previsão do ensino secundário e a previsão de intercâmbios juvenis. Teceu, também, algumas sugestões tais como o manter o nome “Feira das Nozes” em vez de FAGRIP, apostando assim na sua imagem secular. Colocou algumas questões sobre outros pontos, nomeadamente sobre a casa da Cultura e o Museu do mel, etc. -----

Na sequência da discussão das Grandes Opções do Plano e após tecidas algumas considerações sobre o documento a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra dos senhores vereadores do Partido Socialista, aprovar as “GRANDES OPÇÕES DO PLANO (Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes) para o ano de dois mil e dez e submeter o mesmo à apreciação da Assembleia Municipal.” -----

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, pediram a palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

- O deputado **Alfredo Curcialeiro**, Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira referiu que gostaria de ter visto contemplado no documento em discussão, a conclusão da Estrada Municipal Venda das Figueiras – Cabeça Redonda. -----

- O deputado **David Fernandes**, disse ter gostado de ver obras como estradas Municipais importantes, Centro Histórico do Espinhal, Eixo da Romanização, apoio domiciliário e a Educação como a grande aposta. -----

- O deputado **Paulo Roxo** que referiu, ter o senhor Presidente da Câmara proferido uma profecia em termos de Grandes Opções do Plano pois, o facto de as ter contemplado no documento não significa que se concretizem. Como todos querem o melhor para o concelho não peca por aquilo que fez. No seu caso não está contra o desenvolvimento do concelho e suas obras mas votará contra pois faria diferente. -----

- O deputado **António Mendes Lopes** referiu que os documentos valem o que valem dado considerar os documentos em apreço como meramente formais. -----

- O deputado **Rui Miguel Oliveira** considerou que o documento em si, vem de encontro ao Plano Estratégico, estado nele espelhado a sua continuidade. Mostrou a sua satisfação com a previsão do lar de idosos da Cáritas, na Cumieira, com o incentivo às empresas, à inovação com a

previsão do habitat de empresas que ficou visível no fórum, com a consistência da criação de alguns “produtos” como o Eixo da Romanização e a rede de castelos da linha do Mondego. Considerou a aposta na educação salutar bem como o apoio à criação do próprio emprego.-----

- A deputada **Marta Ramos**, salientou a educação e a importância da Carta Educativa que não são ilusões mas realidades.-----

- O Presidente de Junta de Freguesia do Espinhal, Deputado Jorge Pereira disse congratular-se com o Plano, em especial no que concerne às obras do Centro histórico do Espinhal e do Centro Educativo do Espinhal, que beneficiarão a sua freguesia e o concelho.-----

Findas estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos e mostrou a sua preocupação relativamente à intervenção do senhor deputado Mendes Lopes, cuja discussão do Plano se resumiu a números – receita e despesa, motivo pela qual vê com bons olhos que a Agenda 21 Local entre em vigor para que, desse modo, as pessoas possam também dar o seu contributo na discussão de tão importantes documentos. Deu ainda conta dos valores do INE, sobre o índice do poder de compra do concelho, comparativamente a outros concelhos, deixando uma palavra de optimismo e esperando que dentro de quatro anos se possa chegar a melhor conclusão.-----

Posto à votação foi o documento “**Grandes Opções do Plano para 2010**” aprovado por maioria, com voto contra dos senhores Deputados Sílvio de Carvalho, Mendes Lopes, Januário Antunes e Paulo Roxo e abstenções dos senhores deputados Luís Alves Ferreira e Alfredo Curcialeiro.-----

O deputado do Partido Socialista, senhor Januário Antunes, declarou votar contra devido aos vários adiamentos de obras, nomeadamente a do Centro Histórico do Espinhal e aos transtornos que a mesma tem causado na vila.-----

Apresentaram, declaração de voto escrita, os deputados do Partido Socialista, Sílvio de Carvalho, António Mendes Lopes, Januário Antunes e Paulo Roxo cujo texto a seguir se reproduz:-----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

Lida com atenção a parte descritiva e justificativa das Grandes Opções do Plano e Orçamento, da lavra do Sr. Presidente da Câmara Municipal, achamos que o aí plasmado é um conjunto de objectivos e ideias que certamente quando levadas á pratica, seriam bastante benéficas para o Concelho. Retira-se do texto que a estratégia da actual maioria na Câmara Municipal é ir a todas, criar programas atrás de programadas sempre na lógica da despesa (até deixamos aqui a ideia de se criar um glossário municipal para mais fácil interpretação das siglas dos programas criados e a criar). Não se vislumbra nenhuma preocupação e acção concreta relativamente às áreas e actividades municipais onde seja possível reduzir a despesa, não sendo portanto e em nossa análise uma preocupação do executivo municipal.-----

A realidade é na maioria das vezes bem mais crua e rude, e a inexistência de medidas concretas de ataque à despesa, porque ao nível da receita o município quase nada pode fazer, ira cada vez mais agravar a situação

Am

financeira do Município, sendo um forte obstáculo a concretização do que é proposto tanto no Orçamento como nas Grandes Opções do Plano.-----

O Orçamento prevê a receita no montante 15999 331€, quando se sabe pelo histórico das receitas globais do Município que elas representam cerca 50% desse valor.-----

Percebemos perfeitamente porque é que são estimados tais montantes de receita e de despesa, embora sendo um orçamento irreal ele incorpora a dívida municipal que em 31/10/2009 era de 7 847 405.08€ e que actualmente já será superior aos 8 000 000€.-----

As Grande Opções do Plano prevêem a despesa de 14 106 818€, na lógica do que atrás foi dito este valor é irreal, mas esta lá porque incorpora igualmente parte da dívida a fornecedores e outros credores da despesa de capital que em 31/10/2009 era de 3 252 047,58€, existindo obras executadas há vários anos que ainda não se encontram totalmente pagas, como aqui demonstramos com meros exemplos:-----

Na rubrica 01 004-Ensino-Técnico profissional, Novas instalações Pólo de Penela - Apoio a construção, ainda se deve 120.000€.-----

Na rubrica 05 003-Reabilitação Urbana, Entrada Sul de Penela, ainda se deve 32 650€.-----

A rubrica 06 003 Comunicação e Transportes, E.M. Camarinha - Lagoa de Podentes, ainda se deve 73 500€.-----

Na rubrica 07 003-Turismo. Reabilitação Dom Sesnando, ainda se deve 144.250€.-----

Na rubrica 10-Edifícios municipais, Parque logístico municipal (construção), ainda se deve 48.100€.-----

Etc, etc., ... -----

Mas o mais grave é a dívida que está escondida dentro do orçamento e que representa a dívida de despesa corrente de acordo com o balancete de tesouraria 31/10/2009 era de 1 316 982.17€, e que hoje é certamente superior.-----

A estrutura técnica do Orçamento e das Grandes Opções do Plano dão uma margem bastante grande para a execução de quase todas as obras ou despesas, quer estejam individualizadas ou não, dado possuir rubricas de carácter geral. A execução das obras quaisquer que sejam depende apenas de dois factores numa gestão parcimoniosa, vontade política e dinheiro para as pagar. Tais documentos apenas possuem um carácter formal sem qualquer objectividade.-----

Foi no anterior acto eleitoral bandeira política das listas do Partido Socialista, o combate ao endividamento municipal. Fiéis a esse compromisso e considerando que a orientação política da actual maioria do executivo municipal vai no sentido do aumento da despesa e consequente dívida, já que as receitas não dependem da vontade do executivo municipal.-----

A nossa tomada de posição não é contra quaisquer das obras plasmadas nas Grandes Opções do Plano, mas sim a manifestar a nossa censura para com a maioria de Executivo Municipal relativamente ao montante da dívida que em 31/10/2009 era 7 847 405.08€, tendo ultrapassado o limite máximo legal que e de 5 751 719.36€, e que hoje será certamente superior. O sr. Presidente da Câmara Municipal em vez de acusar a lei da Finanças Locais, deveria isso sim implementar uma gestão para a redução da despesa e definir com clareza as obras que vai executar no ano de 2010.-----

Pelas razões expostas o voto é contra.-----

Handwritten signature and initials in blue ink.

Apresentou, também, declaração de voto escrita, a deputada do Partido Socialista, Anabela Teixeira, cujo texto a seguir se reproduz: -----

Declaração de voto-----

Tomar uma posição contra o sentido de voto da própria bancada nunca é fácil; não é fácil para mim tomar hoje esta decisão (de voto a favor do orçamento e das GOP) e assumir as consequências. -----

Não encontrei nada nos documentos que me foram apresentados que me levasse a votar contra, designadamente a indicação dos sectores estratégicos de desenvolvimento do concelho.-----

Abster-me hoje soar-me-ia a “*nim*” e hoje não quero dizer “*nim*”!-----

A freguesia da Cumeeira está de facto representada no Município por um grande n.º de elementos e eu, além de querer o desenvolvimento de todo o Concelho quero o desenvolvimento da minha freguesia.-----

A Carta Social prevê a construção de um lar de idosos na freguesia da Cumeeira e apraz-me saber que a Caritas, instituição vocacionada para esta área manifestou interesse em avançar com o projecto, contando para tal com todo o apoio da autarquia (cedência de terreno, apoio do GPUP).-----

Até algum tempo atrás fiz parte da direcção de uma pequena associação – o ARCADAP – que ambicionou concretizar essa obra. Porém, e pela sua dimensão e falta de estrutura, as dificuldades em avançar foram evidentes.-----

O meu voto hoje não é político, é um voto de consciência, porque pelos contactos que fui mantendo com a população da freguesia, aquando do “projecto” inicial do ARCADAP, sei que a freguesia deseja essa obra, penso que independentemente de quem a realize.-----

Sei que hoje, o eleitorado a quem devo o meu mandato, quereria que eu viabilizasse um Orçamento que conduzisse ao desenvolvimento da freguesia e à realização desta obra.-----

Sr. Presidente do Município, sou estreante e sem qualquer experiência política prévia (à excepção de ter pertencido 4 anos à Assembleia de Freguesia da Cumeeira, de dimensão incomparável, pelas pequenas verbas que tínhamos disponíveis), pelo que me afirmo hoje sobretudo como cidadã, que lhe dá um voto de confiança política, acreditando na sua palavra de honra de que dará o seu melhor no sentido de executar com rigor este Orçamento e de que não esquecerá a freguesia da Cumeeira. -----

Este voto de confiança é a prova da cooperação que desejo iniciar e um sinal de que pretendo ser oposição construtiva. -----

Porém, e como a Assembleia tem um papel fiscalizador, cá estarei 4 anos, para controlar o rigor das execuções orçamentais e para ter sentidos de voto diferentes quando, em consciência, entender que tal se justifica. -----

Penela, 23 de Dezembro de 2009-----

DECIMO NONO PONTO - Orçamento para 2010 – Apresentação, discussão e votação: Foi presente à Assembleia a proposta de Orçamento para o ano económico de 2010, documento que se anexa à presente acta e se dá por integralmente reproduzido. -----

Foi solicitada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que fez uma apresentação sucinta do documento “Orçamento para dois mil e dez”. -----



Transcrição do extracto da deliberação camarária da reunião do dia sete de Dezembro de dois mil e nove:

“Posto o documento a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com voto contra dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar o Orçamento para o ano de dois mil e dez com uma RECEITA igual à DESPESA no valor de 15.999.850,00€ (Quinze milhões novecentos e noventa e nove mil oitocentos e cinquenta euros) e submeter o mesmo a apreciação da Assembleia Municipal.”-----

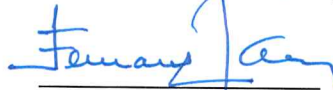
Posto à votação foi o documento **“Orçamento para 2010” foi o mesmo, pela Assembleia Municipal**, aprovado por maioria, com voto contra dos senhores Deputados Sílvio de Carvalho, Mendes Lopes, Januário Antunes e Paulo Roxo e abstenções dos senhores Deputados Luís Alves Ferreira e Alfredo Curcialeiro.---

INTERVENÇÃO DOS MUNÍCIPES:

Aberto o período **“Intervenção dos Muncípios:** Não houve inscrições.-----

Cumpridas as formalidades, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu a presença de todos os senhores Deputados Municipais desejando a todos um Bom Natal e um Bom Ano para as suas Freguesias, encerrando os trabalhos depois de aprovada a presente acta em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia,



(Fernando dos Santos Antunes)

A Técnica Superior,



(Maria Leonor dos Santos Carnoto)